

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA BAHIA: UM ESTUDO NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO SUDOESTE BAIANO, MÉDIO SUDOESTE E MÉDIO RIO DAS CONTAS

Lucas Aguiar Tomaz Ferreira ¹

Fernanda Viana de Alcantara ²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo de averiguar as ações e as políticas públicas de Gênero e Sexualidade nos Territórios de Identidade: Sudoeste Baiano, Médio Sudoeste e Médio Rio das Contas. O desenvolvimento territorial se consolida na Bahia com a constituição dos Territórios de Identidade em 2007. Neste sentido, a pesquisa adotou como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico e documental sobre a temática; realização de observações das reuniões do colegiados; de entrevistas com representantes dos colegiados dos territórios; com movimentos sociais e com as Instituições Públicas que tratam sobre a temática. Destarte, sabe-se que o Gênero e a Sexualidade estão inseridos nas pautas das discussões do Territórios por meio dos Planos Territoriais, mas ainda carece de maior debate e análise. A pesquisa desvelou que o estado da Bahia, e em especial, os territórios aqui estudados, apresentam em suas pautas as questões relacionadas as políticas públicas sobre a temática, mas, na prática, as ações são ainda tímidas, constatou-se, que há uma desarticulação das entidades e dos espaços de participação. Há maior concentração de ações nas cidades polos os territórios. Fato que remete a necessidade de continuidade aos estudos e ações que abordam as questões sobre gênero e sexualidade, bem como a participação social destes sujeitos.

Palavras-chave: Território; Desenvolvimento territorial; Políticas públicas; LGBTQIA+; Mulheres.

ABSTRACT

This article aims to investigate public actions and policies on Gender and Sexuality in the Identity Territories: Southwest Bahia, Middle Southwest and Middle Rio das Contas. Territorial development is consolidated in Bahia with the constitution of the Identity Territories in 2007. In this sense, the research adopted as methodological procedures the bibliographic and documentary survey on the subject; carrying out observations of collegiate meetings; interviews with representatives of the territories' collegiate bodies; with social movements and Public Institutions that deal with the issue. Therefore, it is known that Gender and Sexuality are included in the agenda of Territory discussions through Territorial Plans, but there is still a need for greater debate and analysis. The research revealed that the state of Bahia, and in particular, the territories studied here, present in their agendas issues related to public policies on the subject, but, in practice, the actions are still timid, it was found that there is a disarticulation of entities and participation spaces. There is a greater concentration of actions in cities across the territories. This fact highlights the need to continue the studies and actions that address issues about gender and sexuality, as well as the social participation of these subjects.

Keywords: Territory; Territorial development; Public policy; LGBTQIA+; Women.

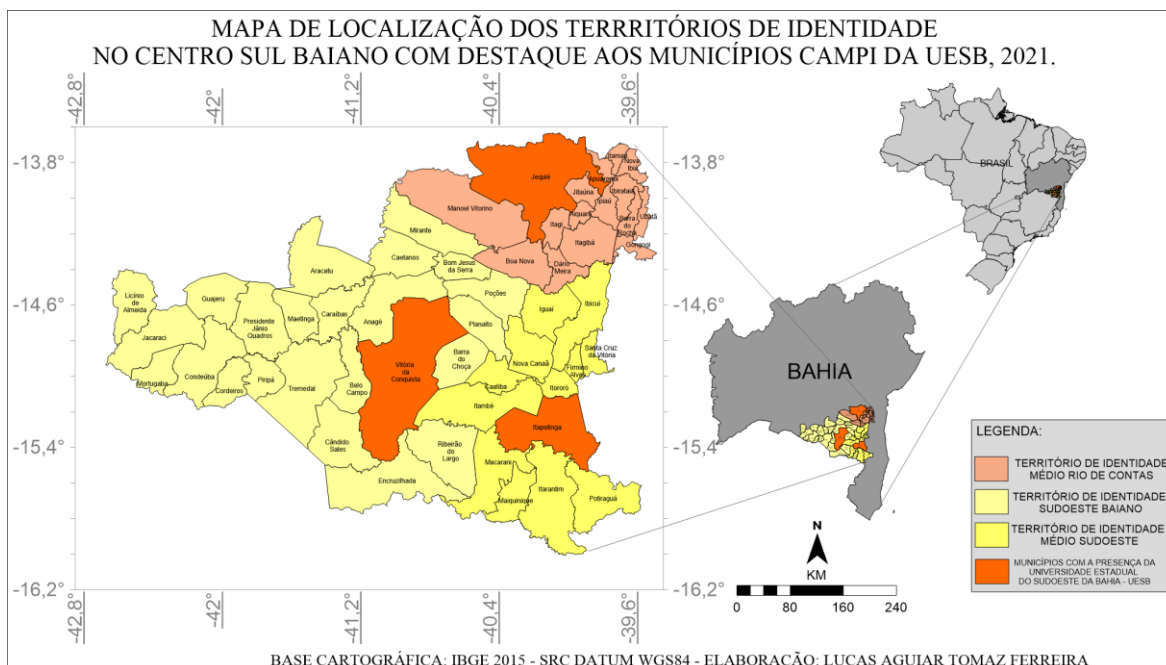
¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe - UFS e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, lucasaguiar04@hotmail.com;

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, fernanda.alcantara@uesb.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente texto é um recorte do trabalho de dissertação intitulada como “Desenvolvimento Territorial e as Políticas Públicas de Gênero e Sexualidade nos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano” e tem como objetivo de compreender as ações e as políticas públicas de Gênero e Sexualidade na Bahia, em particular, nos Territórios de Identidade: Sudoeste Baiano (TSB), Médio Sudoeste (TMS) e Médio Rio das Contas (TMRC). Verificar mapa da figura 1.

Figura 1 – Mapa de Localização dos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano com destaque aos Municípios com campi da UESB, 2021



Fonte: Ferreira, 2021.

Nos últimos anos, registrou-se uma ascensão dessa temática, aspecto inovador na ciência geográfica. Com o intuito de contribuir no referido debate, buscou-se utilizar o território como categoria de análise das estratégias de gestão do Estado para amenizar as disparidades sociais, existente no Brasil por meio da implementação de políticas públicas e promoção da participação social.

Como aspectos metodológicos foram adotado o levantamento bibliográfico sobre a temática, bem como o trabalho de campo com a realização de observações das reuniões do colegiado territoriais e de entrevistas com representantes dos respectivos colegiados e com representante das organizações de movimentos sociais sobre gênero e sexualidade e representantes de mecanismo do poder público de ações sobre o tema da pesquisa

Apesar das relações que envolve a abordagem do desenvolvimento territorial essa pesquisa apresenta um caráter inovador dentro da perspectiva da ciência geográfica, tal como para a sociedade, pois servirá para estudos futuros e contribui para melhoria do planejamento de políticas públicas para população LGBTQIA+ e mulheres. Neste sentido, fica notório que a questão de Gênero e Sexualidade está inserida nas pautas das discussões do Território por meio dos Planos Territoriais. Constatou-se, no primeiro momento, que há uma desarticulação das entidades e dos espaços de participação e ainda que falta maior integração entre as entidades e ações desenvolvidas.

METODOLOGIA

Nesta empreitada, a pesquisa adotou como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico sobre a categoria território tais como: Raffestin (1980), Haesbaert (2004), Souza (2013). Sobre a temática das políticas públicas territoriais e espaço de participação foram embasados por: Alcantara (2013) Haesbaert (2010) Dias (2016). Para se discutir a questão de gênero, sexualidade e participação buscou-se as análises de: Beauvoir (1990), Butler (1990); e para relação da questão de gênero e sexualidade associado ao discurso da Ciência Geográfica, Silva (2009), Silva e Ornat (2014) e Paula (2021).

Também foi realizado um levantamento documental acerca da temática da pesquisa dentro dos espaços de legitimação e participação social existente nos territórios, a exemplo do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS), dos três territórios estudados.

Simultaneamente foi realizado o trabalho de campo com a realização de observações das reuniões do colegiado Territorial do Sudoeste Baiano, e de entrevistas com representantes dos Colegiados do Sudoeste baiano, Médio Sudoeste e Médio Rio de Contas, e do Coletivo Nós da Diversidade, e ainda com as Coordenações de Amparo aos Direitos dos LGBTQIA+ e a de Mulher e da Câmara Gênero dos colegiados dos territórios estudados. Foi realizado registro fotográfico das reuniões e das ações dos movimentos sociais.

Os dados secundários foram coletados nas plataformas digitais dos órgãos de pesquisa, tais como: Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE); a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI); a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPM) e a Secretária de Proteção e Amparo aos LGBTQIA+ em cenários estadual e municipal.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao tratar de desenvolvimento territorial se faz necessário debruçar sobre as contribuições epistemológicas da categoria território. Neste sentido, observa-se as contribuições de Raffestin (1993) que não se deve equivaler a categoria espaço e território, pois o território é uma produção a partir do espaço. Gottmann (1973), por sua vez, defende a concepção de território construído por meio do tempo. Souza (1995), por sua vez, expressa que a categoria é delimitada pelas relações de poder, ao corroborar com essa perspectiva destaca-se Silva e Ornat (2014) ao acrescentar as relações de poder que se ampliar para além do estado, desta forma, o território se define por meio das disputas que envolve gênero e sexualidade. Mas antes desta concepção de Silva e Ornat se faz necessário observar outras contrições.

Neste cerne, Sack (1986) expressa que o território se dá por meio das delimitações das atividades humanas, a priori, pautada desde o significado do conceito de território naturais por meio da utilização dos recursos, então, ao diz que a Territorialidade para os humanos é um mecanismo da geográfica tida com uma estratégia poderosa para o controle de pessoas e recursos por meio do controle de uma área determinada, isso recai na perspectiva central do território, o poder. Segundo a contribuição de Andrade (1992) afirma que a concepção do território se dá por meio das relações das pessoas “que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas” (1992, p. 20).

Por sua vez, Souza (1995) aponta que o território é ligado as relações de poder em um determinado espaço, porém com fortes relações com as questões naturais e sociais e suas diversas formas de usos desta delimitação do espaço:

O território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço (SOUZA, 1995, p. 78)

No conjunto das leituras da categoria território, Corrêa (1996. p. 62) apresenta que o conceito de território tem caráter político: “O território é a ação social (expressão política) implica a organização dos componentes do espaço geográfico em processos concretos que procuram alcançar os objetivos comuns.” Desta forma, fica notório que o território não é uma questão a parte do espaço e sim parte dele, onde se pode observar de melhor maneira a interação do homem com o meio, transformando e moldando esses territórios para sua existência.



Castro (1997) refere-se ao território dentro da perspectiva da geografia política e tem por objetivo principal de ultrapassar a divisão entre esta e a geopolítica e, assim, privilegia os conceitos indispensáveis que se articulam e permeiam as noções de espaços e territórios.

Em contra partida, Santos (1999) traz uma concepção de território ligada às questões da configuração territorial dos espaços como a presença de diversos agentes, bem como a utilização da natureza pela sociedade por meio da técnica.

Nas contribuições de Haesbaert (2004) o autor considera que o território apresenta três vertentes basilares: a primeira de cunho político, quando está diretamente ligada à relação de poder. Na segunda vertente, o autor apresenta uma abordagem culturalista ou simbólico-cultural. A terceira e última vertente pode ser considerada mais economicista.

No que se refere ao dinâmica do desenvolvimento territorial, Haesbaert (2010) pontua que a utilização da categoria território para implementação de políticas públicas não é característica apenas do Brasil, mas também de outros países que adotaram como forma de ordenamento e planejamento.

Em termo de políticas oficiais o termo acabou sendo central em propostas como PNOT - Política Nacional de Ordenamento Territorial, vinculada o Ministério de Integração Nacional (MIN), vinculada a partir de 2004, o PTC - Programa de território da Cidadania do Ministério Agrário (MDA) criado em 2008 e recentemente o PEEITE Programa de Educação Escolar Indígena e seus Territórios Educacionais, vinculado ao Ministério da Educação do Ministério da Educação (MEC) (HAESBAERT 2010, p.156).

Neste cerne, Alcantara (2013) aborda que as categorias de análises da geografia vêm sendo utilizadas e direcionadas para o planejamento e gestão de política públicas, neste caso, merece destaque o território. Pois, esta categoria possui ações diretamente vinculados à reprodução da sociedade no espaço.

Pontua-se que as categorias de estudo da geografia vêm sendo utilizadas e direcionadas para o ato de planejar [...], e merece destaque o território. Ato diretamente vinculados à [...] reprodução do homem no espaço, e logo construídos temas de investigação recaem sobre a perspectiva da análise geográfica (ALCANTARA, 2013 p. 84-5).

Na perspectiva institucional, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial segundo Dias (2016) dá suporte a um processo que envolvesse as questões sociais com o desenvolvimento econômico. Por este motivo, o desenvolvimento territorial se dá por meio da mobilização de fatores econômicos, sociais e políticos/institucionais. Assim, é possível trazer as contribuições de Sen (2000) que diz que o desenvolvimento está muito além da acumulação de riquezas e do crescimento econômicas, e sim, no desenvolvimento social dos sujeitos.

A política de desenvolvimento territorial se consolida na Bahia com a constituição dos Territórios de Identidade que, por sua vez, possuem espaços de participação denominados de colegiados territoriais formados por representantes de diferentes segmentos dos municípios, tanto da sociedade civil, como do poder público. No cerne, observa-se que por estratégia do Estado para desenvolvimento dos territórios está se aproximando, aos poucos, na concepção de Sen (2000), pois, a partir da dinâmica territorial as pessoas ganham autonomia e participação no planejamento e nas implementações das políticas públicas.

No entanto, é preciso elucidar as contribuições que auxiliam no entendimento do debate de gênero e sexualidade, pois as políticas públicas que auxiliam e amenizam as disparidades sociais relacionadas ao gênero e sexualidade no Brasil são somatórios para o almejado desenvolvimento social e econômico. Conforme Sen (2000) visa autonomia e participação destes sujeitos no planejamento e na gestão de políticas para alcançar o desenvolvimento.

Segundo Butler (2004) a concepção de uma construção social sobre o gênero ampliando as possibilidades de vivenciar o gênero diferente de Beauvoir (1939). Neste sentido, é necessário elucidar as contribuições de Foucault (1977) ao dizer que as questões que envolve o gênero e a sexualidade estão silenciadas, pois são entrelaçadas as questões de poder, nesta quadra, observa-se as preposições de Silva e Ornat (2014) sobre o território. Silva (2009) verifica que a discussão do saber geográfico sobre temáticas que envolve temas subversivos ficou refém da construção da heterocisnormatividade consolidada na Geografia. A autora rebate ao dizer sobre a importância de se consolidar uma geografia que se debruce e analise os temas dissidentes e, até mesmo ao fazer a relação entre a geografia e a teoria *queer*, bem como as demais ciências sociais.

Paula (2020), por sua vez, expressa que o principal objetivo da geografia em se estudar gênero e demais temas dissidentes consiste em analisar as desigualdades socioespaciais destinadas pela sociedade a homens e mulheres e que essas relações adentram na vida dos sujeitos em todos os âmbitos e não se deve ignorar. Compreende-se que as contribuições da ciência, em especial, a Geografia permite a análise das políticas públicas de gênero e sexualidade no contexto do Desenvolvimento Territorial na Bahia. Ao considerar que o planejamento territorial apresenta em suas essências fomentar a participação social destes sujeitos. Sobre as políticas públicas de gênero e sexualidade nos territórios estudados observa-se que cada um está em uma fase diferente de políticas dentro do Ciclo das Políticas Públicas apresentado por Secchi (2012): Identificar o problema; formar agenda; formular alternativas; tomar decisões; implementação; avaliação e por fim a extinção.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste quadro observa-se que o TSB é o que mais desenvolveu ações que englobe as questões de gênero e sexualidade, o mesmo, conseguiu tirar algumas ações do PTDRRS e concretizar, possui uma câmara técnica específica para a temática, bem como a participação de movimentos sociais dentro da óptica do desenvolvimento territorial, e também, a contribuição da Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) para fortalecer os espaços de participação e Implementar as políticas públicas. Esses fatores fazem com que o TSB tenha um percurso mais consolidado que os demais territórios analisados.

Ainda sobre o cenário do debate da discussão de gênero e sexualidade no TSB, observa-se que já se tem espaços de participação e ações consolidados a exemplo da Câmara temática de mulheres que teve início desde setembro de 2015 e vem desempenhando algumas ações de grande relevância para as mulheres do Território de Identidade Sudoeste Baiano tais como: Encontro de Mulheres Rurais do TSB (Figura 2 e 3); Mapeamento de mulheres artesãs (Figura 4) e fortalecimento da participação destas mulheres nas plenárias do colegiado territorial.. Se faz necessário salientar que todas as atividades promovidas pela câmara têm contribuição do NEDET.

Figura 2 - Foto do II Encontro territorial de Mulheres do Território de Identidade do Sudoeste Baiano - TSB na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB em 2017.



Fonte: Acervo do NEDET, 2017



Figura 3 - Foto do I Encontro e de Mulheres do Polo de Condeúba realizado no Município de Cordeiros/BA em 2018



Fonte: Acervo do NEDET, 2018.

Figura 4 – Culminância do Projeto de Mapeamento de Mulheres Artesãs do Território de Identidade Sudoeste Baiano em Bom Jesus da Serra – BA, 2016



Fonte: Acervo do NEDET, 2016



No que diz respeito ao temário da Sexualidade o TSB encontra-se no início da articulação, pois com a criação do Coletivo Nós da Diversidade em dezembro de 2019 no município de Poções – BA (ver figura 4 com a formação do coletivo), ação está também impulsionada pelo NEDET, o debate e ações para a população LGBTQIA+ está se desenvolvendo. Este referido coletivo promoveu diversas ações para a população alvo no período da pandemia do Covid-19, Tais como: Distribuição de máscaras, álcool em gel, cestas básicas para famílias LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social e acompanhamento jurídico e psicológico.

Figura 5 – Foto da primeira reunião do Coletivo Nós da Diversidade em 4 de dezembro de 2019 na Filarmônica 22 de Julho em Poções- BA



Fonte: Mídia Social do Coletivo Nós da Diversidade, 2019.

A participação social do coletivo dentro da plenária do colegiado territorial ainda se encontra de forma tímida, pois ainda necessita de mais instituições da sociedade civil que debata este assunto. Ver figura 6.



Figura 6 – Foto do II Seminário Perspectivas Para Juventude no momento do Diálogo sobre Gênero e Sexualidade realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB em novembro de 2019



Fonte: Acervo do NEDET, 2019.

O TMS e TMRC estão ainda em passos lentos ao se tratarem das políticas de gênero e sexualidade, pois ainda não conseguiram consolidar nenhum espaço de participação, por exemplo uma câmara técnica sobre a temática, tal como conseguir realizar as ações planejadas no PTDRSS. Os referidos territórios não possuem diálogos com os movimentos sociais existentes nos municípios que os compõem. Neste aspecto, não favorece o fortalecimento desta pauta dentro do colegiado territorial.

É crucial elucidar neste texto que o TMS e TMRC não possuem nenhum órgão do poder público que trabalhe com essas questões na composição de seus respectivos colegiados. Ao se tratar da relação com a UESB, vale salientar que, essa instituição está inserida nestes territórios também, não há um entrosamento entre a entidade como as demandas das políticas de desenvolvimento territorial, desta maneira, observa-se o quão fundamental é o papel da universidade dentro do planejamento das políticas públicas por meio da abordagem do desenvolvimento territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, é sabido que a questão de Gênero e Sexualidade está inserida nas pautas das discussões do Território por meio dos Planos Territoriais, mas ainda carece de maior debate e análise das mesmas. Toda a trajetória de pesquisa revelou que a Bahia, e em especial os territórios estudados, apresentam no planejamento e em suas pautas as questões relacionadas as políticas públicas de Gênero e Sexualidade, mas, na prática, a temática e ações são ainda tímidas, constatou-se, que há uma desarticulação das entidades e dos espaços de participação e ainda que falta maior integração entre as entidades e ações desenvolvidas.

Claramente há uma maior concentração de ações nas cidades sedes dos territórios e em menor evidência nas outras cidades. Fato este que remete a necessidade de dar continuidade aos estudos e ações que abordam a questão da participação e das políticas públicas direcionadas as mulheres e população LGBTQIA+ na Bahia e nos territórios investigados

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, F. V. de. **Possibilidades e limites da gestão social nos territórios rurais do Nordeste: Retrato do Agreste de Alagoas**. Tese de Doutorado do Núcleo de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS. São Cristóvão/SE, 2013.

ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo Sexo: I Mitos e Fatos**. 2 ed. Editora difusão Europeia do livro. São Paulo. 1990.

BUTLER, J. **Undoing gender**. Nova York. Routledge. 2004

_____. **Gender trouble: feminism and the suversion no fidentiy**. Londres. Routledge. 1990

CASTRO, I. E. de. GOMES, P. C. da C. e CORRÊA, R. L. **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. 1 ed. Rio de Janeiro – RJ: Bertrand Brasil, 1997.

CORREA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo, SP: Ática, 1995

DIAS, W. **Territórios de identidade e políticas públicas na Bahia: Gêneses, resultados, reflexões e desafios**. 1 edição. Zarte Editora, Feira de Santana - BA, 2016.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

GOTTMANN, J. **The significance of territory**. Charlottesville: The University of Virginia Press, 1973.



HAESBAERT, R. Território e região no desafio dos conceitos para uma política de desenvolvimento territorial. In: NETO, A. S. C.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. S. (Orgs.). **(GEO)grafia dos movimentos sociais**. Feira de Santana - BA: UEFS Editora, 2010.

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro/RJ, Bertand-Brasil, 2004.

ORNAT, M. J.; SILVA, J. M. Território Descontínuo Paradoxal, Movimento LGBT, Prostituição e Cafetinagem no Sul do Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v, 18, n. 1, p. 113-128, 2014. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.81087. Acesso em: 26 dez. 2022.

PAULA, L. A. C. DE. **A bela flor do/no campo: por uma geografia de gênero e de r(existência) em assentamentos rurais do interior de São Paulo**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Faculdade de ciência e tecnologia – FCT, Presidente Prudente - SP, 2020.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo. Ed. Ática. 1993.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. London: Cambridge University Press, 1986.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SEN, A. **Desenvolvimento com Liberdade**. 1ed. Companhia das Letras, São Paulo/SP, 2000.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 1. n.1,p. 7-13,1999.

SILVA, J. M. (Org). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. 1 ed. Ponta Grossa - PR Editora: Toda Palavra, 2009.

SOUZA, M. L. O Território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da. C. & CORREA, R. L. **Geografia Conceitos e temas**. 1 ed. Rio de Janeiro / RJ. Bertrand Brasil, 1995.